

Odilon Nunes e a composição do povo piauiense: silenciamentos indígenas e 'mamelucos' em uma narrativa da história piauiense

Odilon Nunes and the composition of the Piauí people: indigenous and mameluco silencing in a narrative of Piauí history

Camila Galan de Paula 

Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

Resumo: Este artigo estuda o lugar dos 'índios' e 'mamelucos' na formação do povo piauiense a partir da análise de um ensaio do historiador Odilon Nunes. Para realizar uma antropologia da história, estuda-se uma narrativa histórica concreta para entender como a história funciona. Perseguindo os procedimentos de silenciamento indígena no ensaio de Odilon Nunes, o artigo realiza uma investigação internalista do texto e expõe os modos de historicização que relegam os indígenas ao lugar da não história, bem como a retórica da alteridade usada por Odilon Nunes. Em seguida, a análise contrasta a narrativa da história de Odilon Nunes a outras narrativas da história piauiense, expondo as brechas entre elas. Descrevem-se as diferenças do lugar da população miscigenada na formação do povo piauiense, do uso de dados censitários, do lugar dos jesuítas na colonização do Piauí e da sua relação com o suposto fim dos indígenas. A análise de uma narrativa da história piauiense soma-se a trabalhos recentes na antropologia brasileira sobre histórias locais, regionais ou nacionais, abrindo espaço para reflexões sobre os modos das histórias produzirem coletivos, homogeneizações e alterizações.

Palavras-chave: Antropologia da história. Silenciamento. Temporalidades. Indígenas. Odilon Nunes. Piauí.

Abstract: This article examines the role of 'Indians' and 'mamelucos' in the formation of the people of Piauí through an analysis of an essay by the historian Odilon Nunes. Following the proposal to develop an anthropology of history, this article investigates a concrete historical narrative to understand how history operates. By pursuing the silencing of Indigenous voices in Nunes's essay, the article undertakes an internalist investigation of the text, exposing the modes of historicization that relegate Indigenous peoples to a position of outside history; and the rhetoric of otherness employed by Nunes. The analysis then contrasts Nunes's historical narrative with other narratives of Piauí's history, revealing the fissures between them. It describes differences in the position of the mixed-race population in the formation of the people of Piauí; the use of census data; and the role of the Jesuits in the colonization of Piauí and their relationship to the supposed extinction of Indigenous peoples. This analysis contributes to recent work in Brazilian anthropology on local, regional, and national histories, opening space for reflections on how historical narratives produce collectives, homogenizations, and alterities.

Keywords: Anthropology of history. Silencing. Temporalities. Indigenous peoples. Odilon Nunes. Piauí.

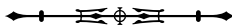
Galan de Paula, C. (2026). Odilon Nunes e a composição do povo piauiense: silenciamentos indígenas e 'mamelucos' em uma narrativa da história piauiense. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240082. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0082.

Autora para correspondência: Camila Galan de Paula. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Rua João Ferreira dos Santos, s/n. São Raimundo Nonato, PI, Brasil. CEP 56304-917 (camila.galan@univasf.edu.br).

Recebido em 11/11/2024

Aprovado em 10/09/2025

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

Estudos sobre a historiografia brasileira mostram que, até meados do século XX, foi comum a descrição dos indígenas como passivos à colonização, e estes agentes eram comumente inscritos no passado nacional. No projeto de formação do Estado nacional, os indígenas ocupavam um lugar romântico do passado (Almeida, 2010; M. Cunha, 1992; Monteiro, 2001). De maneira específica para o Piauí, trabalhos da última década sobre a historiografia piauiense notam que durante todo o século XX essa imagem dos indígenas permaneceu na escrita da história do Piauí (Assis, 2016; Costa, 2011). O presente artigo soma-se a essa discussão, a partir de um olhar da antropologia da história (Palmié & Stewart, 2016).

Analisa-se de que modo a narrativa da história no ensaio "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento", de Nunes (2014), silencia os indígenas da história do Piauí. Em primeiro lugar, este artigo apresenta uma análise intratextual das restrições retóricas da alteridade (Hartog, 1988) presentes no ensaio, e mostra como Nunes insere os indígenas num passado superado e distinto do futuro pretendido para o Piauí. Em seguida, a partir da comparação deste ensaio com outras narrativas sobre a história do Piauí, o artigo desvela o silenciamento dos agentes indígenas e mestiços. A partir dessas análises, evidencia os procedimentos de silenciamento dos indígenas presentes na narrativa de Odilon Nunes e destaca as renitentes presenças indígenas e mestiças que reaparecem em seu texto.

Ao estudar o duplo procedimento de silenciamento e reaparecimento de indígenas em uma narrativa da história, o artigo argumenta pelo interesse do estudo das histórias escritas pela antropologia. Assim, coloca-se ao lado de outros trabalhos antropológicos brasileiros que recentemente realizaram análises de escritas (e exposições, desenhos, produções audiovisuais) formadoras de histórias municipais, nacionais ou regionais (Gonçalves, 2017; Lacerda, 2023; Loureiro, 2007; De Lucca, 2021; Marques, 2015; Mello, 2021; Mestrinelli, 2023). O objetivo mais amplo deste artigo, ao propor uma análise de uma escrita específica da história

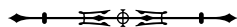
do Piauí, é o de contribuir para o estudo de processos de produção de pertencimentos, homogeneizações e exclusões operados pelas narrativas de história.

As interconexões entre antropologia e história são inúmeras, e na antropologia podem ser conferidas em revisões bibliográficas sobre o tema (Dube, 2021; Hirsch, 2021; Schwarcz, 2005). Especificamente, este artigo apresenta uma antropologia da história a partir de dois principais conjuntos de interlocução. Em primeiro lugar, ao estudar os processos de silenciamento nas narrativas da história, baseia-se nos procedimentos e no vocabulário cunhado por Trouillot (2016), em "Silenciando o passado". Em segundo lugar, as proposições de Hirsch, Palmié e Stewart (Hirsch & Stewart, 2005; Palmié & Stewart, 2016) em favor de uma antropologia da história ou uma antropologia das historicidades são tomadas como relevantes. Desde pelo menos os trabalhos de Lévi-Strauss (2010, 2017a, 2017b) sobre história, está aberto o caminho para pensar formas distintas de relação com o tempo e com o devir histórico na antropologia (Goldman, 1999). Palmié e Stewart (2016), ao proporem uma antropologia da história, defendem o estudo etnográfico dos diferentes modos de concatenação entre passado, presente e futuro.

Este artigo inicia com uma apresentação do historiador piauiense Odilon Nunes, situando sua relevância na historiografia piauiense do século XX. Em seguida, apresenta os traços gerais do ensaio analisado, "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento", cujos passos serão acompanhados nas análises que seguem. Se o autor foi escolhido por sua relevância no cenário da produção de história no Piauí, não é o caso do ensaio. O estudo centrado em um único ensaio, contudo, permite focar a análise e deixa ver em detalhes "como a história funciona" (Trouillot, 2016, p. 55). Em seguida, o artigo prossegue com as análises do silenciamento indígena no ensaio de Nunes.

O AUTOR

Filho de um comerciante e fazendeiro, Odilon Nunes nasceu em 1899, em Amarante, no médio rio Parnaíba, Piauí.



Sem formação em nível superior, Nunes foi professor. Desde os anos 1930, estudou a história de seu estado, recorrendo frequentemente aos documentos do Arquivo Público do Estado do Piauí. Suas investigações sobre a história do estado estenderam-se por quase sete décadas, até seu falecimento, em 1989.

Odilon Nunes foi pesquisador eventual contratado pelo governo do estado do Piauí e, nos anos 1950, integrou o Centro de Estudos Piauienses (CEP), idealizado por Raimundo Monteiro de Santana e Olímpio de Castro, cujo objetivo era aprofundar o conhecimento sobre o Piauí para a elaboração de planos de solução à crise econômica do estado, instaurada após o declínio de ciclos de extrativismo vegetal. Em 1967, e com objetivos semelhantes, Raimundo Monteiro Santana fundou a revista *Econômica Piauiense*. Dos dez números publicados da revista, seis contaram com monografias de Odilon Nunes em suas páginas. O artigo que analiso neste artigo, “O Piauí, seu descobrimento e seu desenvolvimento”, apareceu originalmente na *Econômica Piauiense*, sob o título “O Piauí e seu povoamento”, em 1960 (Moura, 2010, p. 54). Foi na reedição de 1972, fomentada pelo Plano Editorial do Estado, que o artigo, dessa vez publicado como livro, ganhou o novo título (Moura, 2010).

Na década de 1960, Nunes foi contratado para escrever “História do Piauí”¹ e as pesquisas para esse livro levaram-no a escrever os quatro volumes de “Pesquisas para a história do Piauí” (Nunes, 2007). Em 1967, Odilon Nunes passou a ocupar uma cadeira na Academia Piauiense de Letras. No ano anterior, os três primeiros volumes de “Pesquisas para a história do Piauí” tinham sido publicados, e “os trabalhos historiográficos de Odilon Nunes tornaram-se referência, em virtude da pouca quantidade de pesquisa e obras históricas sobre o Piauí” (Moura, 2010, p. 98), sobretudo trabalhos que buscassem fontes primárias.

Nos anos 1970, sob o Plano Editorial do Estado, Odilon Nunes foi o historiador mais publicado, com cinco livros. Foi sob este plano que o quarto volume de “Pesquisas...” foi então publicado, junto com a reedição dos três primeiros.

Na avaliação de Queiroz (2007, p. 35), “Odilon Nunes elaborou uma das primeiras e, até agora, a mais importante história do Piauí”, no sentido de que “ele constrói e elucida um processo histórico piauiense, de um modo que institui o Piauí enquanto um território geográfico móvel, e com uma identidade histórica, coordenada e com força coesiva, sugerindo um trajeto a partir de sua ocupação”. Pesquisador da história colonial e oitocentista, a leitura dos trabalhos de Nunes segue sendo, na avaliação de Queiroz (2007), imperativa para os estudantes do Piauí colonial e imperial. Desde 1999, o museu histórico do Piauí chama-se Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes (Moura, 2010, pp. 100-101).

O ENSAIO

Apresentam-se agora os contornos gerais do desenvolvimento do ensaio “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”. Outros aspectos serão expostos ao longo das análises que seguem. O ensaio constrói um trajeto histórico do Piauí, que se inicia com a colonização e finda com as lutas de independência do século XIX. As reflexões de Odilon Nunes, contudo, estendem-se ao século XX a partir de seus comentários acerca do desenvolvimento presente de seu Piauí natal. O ensaio, desse modo, elabora uma visão sobre a formação do Piauí e de seu povo².

O ensaio é abrangente: trata de aspectos ecológicos, econômicos, étnicos, psicológicos e de organização social que concorreram para a desordem vivida até o século XIX e, em certos rincões, até o período contemporâneo a Nunes. O Piauí é descrito pelo autor como um corredor de passagem e entroncamentos, em que confluem bacias

¹ Essa informação consta na monografia de Moura (2010, p. 70), entretanto não posso assegurar que chegou a ser escrito.

² Em outro trabalho, apresentei os contornos deste ensaio de Odilon Nunes (Galan de Paula, 2022), sugerindo uma análise distinta da que ofereço neste artigo. Esta seção se baseia na apresentação do ensaio feita naquele trabalho.



hidrográficas, línguas indígenas e biomas distintos. E ali se instalou uma população movediça, nômade, “buliçosa” (Nunes, 2014, p. 91). As caatingas eximiam os vaqueiros de derrubar as matas, sendo ambiente propício para a criação de gado. Também a abundância de caça e das matas, aliada à pouca concentração populacional, desonerava a população colonial de plantar e de fixar-se ao território. Esses elementos aliavam-se à violência e ao autoritarismo dos fazendeiros, por um lado, e à psicologia dos vaqueiros “dissolutos e prepotentes” (Nunes, 2014, p. 75), por outro.

Em outra ocasião, assim caracterizei o modo pelo qual o autor descreve a história do Piauí em seu ensaio:

A imagem construída por Nunes é a de uma passagem da desordem no período colonial ao início da civilização, instaurada pela independência de Portugal e pelo advento do Império, com a instauração da lei e da civilidade.

Eis, em resumo, a imagem da formação do Piauí e de sua população: a partir do quase feudalismo reinante no Piauí colonial, uma sociedade formada a partir do comando dos fazendeiros, da “população vagabunda, ociosa, que constitui a clientela” (Nunes, 2014, p. 96) de tais fazendeiros, dos escravos e dos indígenas praticamente dizimados – que “pouco contribuíram, como elemento étnico, para a formação do piauiense” (p. 90) – emergiu uma “população buliçosa” (p. 91). Uma população sem lar, sem política e sem religião, presa nos primeiros séculos aos “costumes da terra”, isso é, uma “gentalha” que cometia crimes a mando dos “caciques das fazendas” (p. 99). Por essa formação étnica e (a)política, haveria ainda no período de Nunes camponeses que aguardavam ainda a “incorporação a nossa civilização” (p. 111), por meio da agricultura e da educação (Galan de Paula, 2022, pp. 478-479).

No momento posterior à Independência, essa “população irrequieta e afeita ao crime em todas as modalidades” (Nunes, 2014, p. 117) foi finalmente ordenada por Manuel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba. Para Nunes (2014, p. 117), este homem:

... teve o dom de converter em paladinos da ordem, aqueles camponeses desajustados e já subnutridos, desgarrados da terra e que sentiam fome, frio e, portanto, inquietação e, que, em obediência a imprescritíveis leis da natureza, dariam, cedo ou tarde, evasão a seu espírito de rebeldia.

SILENCIAMENTOS INTERNOS AO TEXTO

A partir de uma abordagem interna ao texto, esta seção apresenta dois pontos a partir dos quais os indígenas são silenciados da história do Piauí nas páginas de Nunes. Em primeiro lugar, os indígenas são inscritos em um passado não histórico. Em segundo lugar, os indígenas são apresentados como a imagem invertida do Piauí pretendido por Nunes. Cada subseção a seguir, trata de um desses pontos.

HISTÓRIA COMO PROGRESSO: A NOTA INICIAL

“O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento” é precedido de uma breve nota inicial que discute as possibilidades para a agricultura nas terras piauienses. Desde o século XIX, engenheiros e agrônomos vinham estudando a viabilidade de implantar a agricultura de cereais na região, com fins de implementar núcleos de colonização e, de acordo com Odilon Nunes, a maior parte desses especialistas afirmou que as terras piauienses não eram adequadas ao plantio de cereais.

Escrevendo no início dos anos 1960, Nunes discute que, naquela época, já se sabia da existência de lençóis de água subterrânea no estado. Essa abundância de água no subsolo poderia, a seu ver, levar o Piauí a se espelhar em outros exemplos de uso dos sistemas de irrigações com água subterrânea em regiões áridas.

Para Nunes, cabe aos agrônomos estabelecer diretrizes para a agricultura e para a pecuária. Mas cumpre ao historiador notar que:

Ao perλούramos as páginas dos orçamentos do Piauí do período colonial ao republicano dos primeiros decênios, veremos que as maiores fontes da receita (por vezes mais de 60%), provieram de nossos rebanhos maltratados. Esquecemo-nos do caracu que fez outrora nossa riqueza. Não temos uma estação de monta, uma fazenda modelo criada pelos poderes governamentais. E o caracu constitui ricos plantéis em S. Paulo (Nunes, 2014, p. 74).

O estudo do passado, assim, guia-se pelos projetos para o futuro. O ensaio de Nunes, portanto, está em

consonância com os próprios editores da Econômica Piauiense, que argumentaram que “não podemos continuar no domínio puramente livresco, adotando soluções pré-fabricadas, sem promover as pesquisas econômicas úteis ao solucionamento dos problemas piauienses” (“Apresentação”, 1957 citado por Moura, 2010, p. 81).

Nunes estuda a economia colonial para compreender os erros do passado e superá-los, buscando fazer o Piauí progredir economicamente. Entendendo a economia piauiense nos períodos colonial e imperial, os estadistas poderiam traçar um futuro desenvolvido para o estado. É por esse motivo, assim, que o historiador dedica a nota inicial do seu ensaio a estabelecer a potencial fertilidade das terras piauienses.

Apreendido em sua totalidade, o ensaio de Nunes narra a história do Piauí “como uma passagem da selvageria” (Galan de Paula, 2022, p. 479) dos indígenas ao caótico mundo dos vaqueiros, pontuado raramente por ilhas de civilização. Após a Independência, o povo, que poderia tender à anarquia, foi levado aos rumos da organização e do sentimento patriótico. A história do Piauí, assim, marca-se por um momento inicial a-histórico, aquele anterior à ocupação colonial. Depois disso, a história é narrada como movimento civilizatório.

Analisando o ensaio de Nunes a partir de seu modo de historicização – seu modo de relacionar passado, presente e futuro (Palmié & Stewart, 2016) –, percebe-se que o passado é estudado com vistas aos aperfeiçoamentos para o futuro: estuda-se o período colonial para não o repetir; olha-se para o passado a partir do futuro. E, para Nunes, o passado é descrito como o reverso do futuro pretendido, como discuto no próximo tópico.

Não é apenas no plano econômico que o olhar para o passado busca compreender o presente e orientar o futuro: ele também promove reflexões sobre a formação étnica do povo piauiense. A subseção a seguir explora como os indígenas situam-se, em chave diacrônica, na não história do Piauí, sendo o reverso do que Odilon Nunes idealizava para a sociedade piauiense. A análise das

“restrições retóricas da alteridade” (Hartog, 1988), em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, evidencia que, em chave sincrônica, os habitantes miscigenados das zonas rurais do estado são aqueles que estão ainda por ser incorporados à história e ao povo piauiense.

OS INDÍGENAS SÃO O OUTRO

Esta subseção argumenta que os indígenas são alterizados por Odilon Nunes, sendo inscritos num passado a-histórico na escrita da história do Piauí daquele autor. Eles ocupam um não lugar na história piauiense. A partir de inspirações no trabalho de Hartog (1988) sobre os procedimentos de uma retórica da alteridade apreensíveis nas “Histórias”, de Heródoto (1994), argumento que esse não lugar dos indígenas e dos mestiços no texto de Nunes refere-se às restrições narrativas do seu modo de apreender a alteridade e se relaciona ao modo de historicização que inscreve os indígenas num passado a ser superado.

Segundo Hartog (1988), o estudo do modo como Heródoto descreveu os bárbaros (e em especial os citas) diz mais sobre o *logos* grego do que sobre os citas. Seu estudo, assim, volta-se ao ‘como’ das narrativas mais do que ao seu ‘conteúdo’; trata-se, assim, de uma análise internalista, enfocada no texto e nos seus procedimentos narrativos de alteração.

Os procedimentos envolvidos na retórica da alteridade operados em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento” produzem, no nível da estrutura narrativa, uma exclusão dos indígenas e das populações miscigenadas da história do Piauí. A partir da interconexão entre explicações de base psicológica, racial, ambiental e econômica, Odilon Nunes opõe o passado piauiense ao presente e, sobretudo, ao futuro pretendido. Essa oposição corresponde ao que Hartog (1988) identificou, nas “Histórias”, de Heródoto (1994), como um “princípio de diferenciação sistemática”. Trata-se de um procedimento de comunicar alteridade que opera “by making it easy to apprehend that in the world in which things are recounted

it is just the same except that it is the other way around” (Hartog, 1988, p. 214).

A narrativa de Nunes opera com uma diferenciação sistemática entre o presente-futuro piauiense e o seu passado, em eixo diacrônico. Ou seja, o Piauí e os piauienses do presente – iniciado com a Independência – opõem-se aos do passado colonial. São seu inverso.

Corredor de migrações, as terras da capitania do Piauí eram ricas de frutos silvestres, e não demandavam a agricultura. A pecuária, aliada à não necessidade de se plantar, contribuiu para a instalação sempre passageira de uma população nômade. Igualmente nômades eram os indígenas, os primeiros habitantes, desajeitados ao trabalho.

A posição de Nunes acerca daqueles que habitavam a região do atual Piauí quando da conquista colonial à primeira vista não é clara. Partindo de relatos sertanistas e jesuíticos, Nunes inicialmente tece comentários elogiosos sobre “os índios que [nos primeiros dias] fervilham como formigas nos vales dos rios do Piauí. E também por todo o Nordeste” (Nunes, 2014, p. 79). Nota a valentia dos indígenas e “seus predicados de bravura” (Nunes, 2014, p. 80). E segue, em um elogio que denota o limiar de humanidade reservado aos indígenas pelo autor à animalização desses indivíduos: “Sua condição, sob o ponto de vista somático, é invejável. Não havia sífilis, álcool, moléstias endêmicas e epidêmicas. Como espécimes humanos, eram exemplares exuberantes de animalidade” (Nunes, 2014, p. 80). O autor ainda recorre a relatos de padre Antônio Vieira sobre os indígenas de Pernambuco e os Tabajara da Serra da Ibiapaba para exaltar a adaptabilidade dos indígenas.

No entanto, eram os indígenas “ímpios, até mesmo iconoclastas” (Nunes, 2014, p. 80). Para Nunes, a ‘verdade’ sobre os indígenas é de que eram “duma bruteza inominável” (Nunes, 2014, p. 81):

Saibamos, contudo, a verdade máxima: os aborígenes brasileiros constituíam uma população vagabunda dos mais embrutecidos ameríndios da época do Descobrimento. Já Nóbrega houvera dito: “. . . mais

triste e vil gentio de todo o mundo” [Leite, 1940, p. 5]. Eram selvagens, nômades, que ora estavam aqui, vindo de longe, ora além, já buscando terras mais ricas. E para eles, a riqueza era a pesca, a caça, o fruto silvestre, a propiciação a seu ócio inveterado. O trabalho sedentário, para os silvícolas, era a escravidão. Como todo animal da espécie humana, tinham profundo amor à liberdade. Convenhamos, entretanto, em saber que a liberdade era para aquela gente um pouco mais que para muitos contemporâneos nossos: apenas um sentimento somático que pouco vai além do amor a si próprio. Para Cunhambebe, por exemplo, antes do encontro de Iperoig, seria o direito que se arrogava de poder flechar o português que topasse nas praias de Ubatuba e, depois tranquilamente, lhe comer a carne moqueada” (Nunes, 2014, pp. 80-81, ênfase no original).

Os indígenas desejavam a liberdade; mas a desejavam de forma mesquinha. Para Nunes, são selvagens. Exterminados rapidamente, eles não pertencem propriamente a uma história do Piauí.

Já a sociedade colonial piauiense era também marcada pela desordem, pois a combinação da prepotência do vaqueiro à autoridade dos fazendeiros levava a essa situação. Aliava-se a isso, ainda, o desejo de liberdade dos negros escravizados, que pouco diferia do desejo de liberdade tacanho dos indígenas, sempre segundo a leitura de Odilon Nunes. A atividade econômica predominante na região, a pecuária, contribuía para a não fixação da população, que vivia nômade. Era um mundo sem família, pois havia “o conúbio do vaqueiro com a índia” (Nunes, 2014, p. 96). E “sem religião ou política porque poucos eram os núcleos populacionais e as igrejas” (Galan de Paula, 2022, p. 482). O “espírito de sociabilidade” (Nunes, 2014, p. 96), então, era fraco. O “regime de vida patriarcal” (Nunes, 2014, p. 92) existiu apenas em ilhas no Piauí colonial.

A família, o poder patriarcal e a religião, por sua vez, estão no cerne do Piauí pós-Independência, e naquele pretendido para o futuro. Além disso, a ênfase no papel da agricultura como alternativa para o futuro do Piauí inverte os referentes da pecuária. Pecuária, nomadismo, ócio, liberalidade e prepotência são os signos do passado. No presente e no futuro, por contraposição, tem-se a



agricultura, a sedentarização, o trabalho, a liberdade e o poder estatal constituído.

A selvageria dos indígenas, seu ócio crônico, seu desejo de liberdade egoísta: tudo isso parece, no texto de Nunes, integrar uma explicação racial, que será abordada adiante. Também é o caso dos negros escravizados, que desejam a liberdade desregrada. Os sinais invertidos também se referem a raças ou etnias. O 'outro' de Nunes é composto pelos indígenas, pelos negros e, em alguma medida, pelos mestiços. O presente ao qual se contrapõe esse passado é instaurado por uma figura específica: Manuel de Sousa Martins, presumivelmente branco. A radical oposição entre passado e presente-futuro, assim, é de ordem social, mas esta é explicada pela composição de elementos de ordem racial, geográfica e psicológica.

Já em chave sincrônica, tem-se o Piauí de Odilon Nunes, aquele que vem buscando desenvolver-se através da agricultura e da educação; aquele inaugurado por Manoel de Sousa Martins, que simboliza a instauração da ordem e da civilização. Por contraposição, há aqueles habitantes das caatingas e agrestes do sul do estado que vivem em casebres: sem objetos de ferro, tudo o que possuem é feito de embira e argila; são os descendentes dos indígenas e mamelucos, possuem seus vícios e pecados.

Ainda em leitura diacrônica, o lugar da população mestiça de origens indígenas ("mamelucos", nos termos de Nunes, 2014) é dúbio no ensaio. Por um lado, os mamelucos figuram como a alteridade completa, assim como os indígenas e os negros. Por outro, foi essa população miscigenada que deu origem aos 'piauienses', o 'mesmo' do mundo de Nunes. Essa tensão, não resolvida no ensaio, coloca esses mestiços em um não lugar. Já sincronicamente, esses descendentes dos indígenas e mamelucos são peremptoriamente o 'outro'.

O princípio de diferenciação sistemática que pode ser apreendido da retórica da alteridade do texto, assim, implica, em primeiro lugar, a inversão de sinais como forma de percepção e explicação do 'outro'. Na versão

de Odilon Nunes, isso se combina à diferença entre passado e presente explicada como progresso. Em segundo lugar, esse princípio opera pelo procedimento da analogia (Hartog, 1988): os camponeses mamelucos de hoje estão para os piauienses de Odilon Nunes assim como os indígenas estão para os piauienses da civilização pós-Independência. Como a narrativa é permeada pela ideia de progresso, esses camponeses mamelucos (ou seus descendentes), assim, serão incorporados à civilização. Estão, desse modo, aguardando sua entrada na história do Piauí, carregados pelas mãos dos estadistas. Estão, portanto, fora dessa história, integrando o lugar de uma não história.

INTERSTÍCIOS E BRECHAS ENTRE NARRAÇÕES DA HISTÓRIA DO PIAUÍ

Esta seção acompanha a proposta de Trouillot (2016, p. 55) de que "a história se revela apenas por meio da produção de narrativas específicas" e de que é nas diferenças de montagens de seguidas narrativas que se pode perceber os silenciamentos (Trouillot, 2016, p. 57). Tomo "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento" como um ponto de partida para abordar o silenciamento indígena nas narrções da história do Piauí por Odilon Nunes, e contrasto esta narração da história do Piauí a outras. A partir de uma visão comparada do estudo de Souza (2008) sobre intelectuais-historiadores dos 1900-1930 no Piauí – Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha –, da leitura de um livro de Neves (1926) e do ensaio de Nunes (2014), exploro os "silêncios [que] aparecem nos interstícios dos conflitos entre [Nunes e] os intérpretes precedentes" (Trouillot, 2016, p. 59), na medida em que esses interstícios revelam aquilo que foi silenciado.

Esta abordagem decorre da compreensão de Trouillot (2016) de uma divisão entre historicidade 1 – o que aconteceu – e historicidade 2 – o que se narra sobre o que aconteceu. Há uma separação entre esses planos, mas eles se articulam. É a partir da contraposição de diferentes

narrações sobre o que aconteceu que se pode perceber as brechas entre elas, isso é, se pode ver o que foi silenciado. Isso porque a historicidade 1 deixa marcas materiais, que podem ser percebidas³.

Para vislumbrar as brechas que se abrem entre as narrativas de Odilon Nunes e de alguns de seus predecessores, apresentam-se três pontos centrais: (1) o modo como esses escritores lidaram com a formação étnica ou racial do povo piauiense, enfatizando ou não o lugar ocupado pela população miscigenada; (2) os dados censitários comentados ou ignorados por Nunes e pelos outros intelectuais; e (3) a articulação entre o papel dos jesuítas no Piauí e o fim dos indígenas, o que chamo de 'os Sertões invertido'. Cada uma das subseções a seguir se dedica a uma dessas abordagens.

A COMPOSIÇÃO DO POVO PIAUIENSE

Odilon Nunes e "os intelectuais-historiadores [dos anos 1900-1930] trabalhavam com a idéia de 'fato histórico' como dado objetivo, não construído, e também consideravam a existência de uma supra objetividade do documento" (Souza, 2008, p. 257). Fontes coloniais e imperiais são apresentadas por eles como provas irrefutáveis de suas argumentações. E o conhecimento de certas fontes – sobretudo no caso de Odilon Nunes, que foi um assíduo pesquisador no Arquivo Público do Estado do Piauí (Moura, 2010; Queiroz, 2007) – obrigou a uma mudança da compreensão dos fenômenos. Esse é o caso do papel dos negros na composição do povo piauiense na versão de Odilon Nunes.

Como Odilon Nunes apresenta a composição étnica do povo piauiense em "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento"? Se o autor se refere a 'etnia' ou usa o adjetivo 'étnico', também faz uso de termos como 'eugênico' e refere-se a aspectos 'somáticos' dos índios, negros e portugueses que aqui viveram. Pode-se dizer que:

A barbárie em que se funda a sociedade piauiense, sempre na visão do autor, decorre da combinação de dois elementos: da composição étnica desse povo misturado, por um lado, e, por outro, do caráter vadio da sociedade dos vaqueiros, largados à própria sorte e abandonados pelas autoridades e pela igreja.

Negros escravizados eram trocados pelo gado vendido no Maranhão ou nas zonas de mineração. Tais homens negros eram levados ao Piauí para ajudar no vaquejo do gado, em serviços domésticos e na escassa agricultura regional. Sobre esse componente étnico, detalha Nunes: "O grosso desse contingente étnico provavelmente era de sudaneses, tipos superiores que predominavam na Bahia, o mercado mais importante do Piauí. Outros deveriam ser bantos, do Congo e de Angola" (Nunes, 2014, p. 103). Os negros cativos constituíam a maior parcela da população do Piauí na colônia, e já então constituíam quilombos. Tais quilombos, na leitura de Nunes, advém de um desejo de liberdade que adverte o "regime da prepotência" (p. 103). Essa liberdade desejada dos escravos negros, contudo, "pouco diferia da liberdade dos curraleiros" (p. 103) que, como já vimos, seria mais bem caracterizada como licenciosidade, na visão do autor. Nesse sentido, talvez ela difira pouco do sentido de liberdade dos índios. Aparecem aqui mais uma vez os elementos de não civilização da formação do povo piauiense: por um lado, desejo de liberdade anárquico; por outro, os potentados baseados na violência do mando (Galan de Paula, 2022, p. 483).

Estamos, portanto, diante do oposto do regime da legalidade, da família e da religião que viria a se instaurar após a Independência.

³ Por marcas materiais, aqui, refiro-me, seguindo Trouillot (2016), a todo tipo de ruínas, documentos, objetos que deixam rastro do passado e permitem servir de baliza para se perceber as brechas que se abrem entre as diferentes historicidades 2, isto é, o confronto entre diferentes narrativas da história. Especificamente na análise deste artigo, faço referência a fontes existentes (dados censitários) e à própria descrição de Nunes sobre o seu tempo presente nos interiores do Piauí, onde viveria parte da população como seus antepassados indígenas e 'mamelucos'. Cabe também notar que a análise que proponho aqui não coloca a questão da intencionalidade do autor. Ou seja, trata-se de uma análise daquilo que é silenciado por uma narrativa específica da história – o ensaio de Nunes – e as brechas que se percebe ao contrapor esta narrativa a outras narrativas ou fontes. Uma análise pragmática de como a história funciona, para dizer como Trouillot (2016), suspende a questão das intenções. Ademais, para abordar as intencionalidades ou as habilidades do historiador Odilon Nunes, seria preciso outro tipo de análise: uma que levasse em conta outro tipo de documentação pessoal e profissional do historiador, algo que este artigo não se propôs a realizar.

Quando da fundação da vila de Mocha, futura cidade de Oeiras, em 1712, “trezentos degredados portugueses foram para lá enviados” (Galan de Paula, 2022, p. 483). Esses homens, desacostumados ao trabalho, “não poderiam deixar de ter influências nocivas na formação moral dos primitivos povoadores” (Nunes, 2014, p. 103).

Além dos negros, e portugueses, chegaram ao Piauí muitas pessoas que, fugidas da servidão do trabalho no litoral, se empregaram na lida do gado. Esses se associaram “aos moradores facinorosos” (Nunes, 2014, p. 104). Retorna-se a eles adiante.

A discussão sobre a eugenia das raças (ou grupos étnicos) aparece, em primeiro lugar, para falar dos indígenas que viviam no atual Piauí. Qual o papel dos povos indígenas para a composição do povo piauiense? Em primeiro lugar, é notável que Odilon Nunes não mencione a variabilidade étnica dos povos indígenas que vivem no atual Piauí, como faz com o caso dos africanos e portugueses. Ele não se interessa em detalhar as diferenças de ‘tipo físico’ e de ‘ordem psicológica’ dos indígenas. O que Odilon Nunes escreve sobre a participação dos índios na formação do povo piauiense é o seguinte:

Em verdade, houve um ponderável contingente indígena em nossa formação étnica no primeiro século da colonização. Não tamanho como presumem alguns historiadores e etnólogos. Vimos que em algumas fazendas, em fins do século XVII, havia índias que certamente eram amásias dos curraleiros e que já também havia alguns colônias como seus descendentes. Vimos também a insignificante contribuição dos aldeamentos do século XVIII.

O maior contingente de sangue ameríndio nos veio, entretanto, de Ibiapaba e, sobretudo, da volumosa corrente de mestiços que ingressavam no Piauí e que eram acolhidos pelos fazendeiros. A influência dos índios de Ibiapaba manifesta-se ainda, como fator histórico, na Guerra da Independência e até na Balaiada (Nunes, 2014, p. 105).

Com efeito, aqui Nunes (2014) abre espaço para reconhecer a participação de ‘descendentes’ dos

índios ou ‘mestiços’ na formação do povo piauiense. Essa concessão, contudo, é imediatamente seguida por trechos de documentos do século XVII que servem para contrapor as imagens heroicas dos índios composta pelo Romantismo no século XIX e Nunes (2014, p. 106) exorta o leitor: “esqueçamo-nos . . . da ficção”.

Passemos, agora, de Odilon Nunes a outros escritores piauienses, estes escrevendo na primeira metade do século XX. “Aspectos do Piauí”, de Neves (1926), servirá aqui de contraposição ao ensaio de Odilon Nunes, para mostrar que as duas narrações da história, contrapostas, deixam ver que historicidade 1 e historicidade 2, nos termos de Trouillot (2016), não são idênticas. Os interstícios entre uma e outra narração permitem ver alguns dos efeitos de silenciamento. Ao tratar da composição racial do Piauí, Neves (1926) inicia estabelecendo que considera os negros superiores aos indígenas: para ele, os negros não eram inferiores “às grandes raças” (Neves, 1926, p. 135), mas o infortúnio os fez escravos. Na composição do povo piauiense, contudo, teriam “contribuído para o aldeamento do nosso tipo com insignificante contingente de sangue. Maior foi o do índio e esse mesmo inferior ao do branco” (Neves, 1926, p. 135)⁴. É que, para ele, os africanos “relativamente poucos, vieram ao tempo de nossa colonização. E os que vieram, assenzalados, desapareceram, afinal, quase por completo, depois de 1888, com a abolição” (Neves, 1926, p. 36), por vias de miscigenação.

A partir de suas pesquisas em documentos coloniais, Odilon Nunes deparou-se com a descrição do Padre Miguel de Carvalho, de 1697, que indicava que os escravizados negros “constituem a maior parcela da população disseminada nas fazendas. Alguns anos depois são ainda mais numerosos. Já constituíam quilombos, consequência de seu amor à liberdade” (Nunes, 2014, p. 103, ênfase do original). Assim, é para ele impossível ignorar a grande participação africana na

⁴ Em todas as citações diretas de Neves (1926), procedi a uma atualização da ortografia.

composição do povo piauiense, ao menos no período colonial. Inclusive, ele levanta a hipótese de que o maior contingente de africanos trazido ao Piauí foi de sudaneses, “tipos superiores”⁵. Se o povo piauiense é em sua origem majoritariamente formado por negros ou seus descendentes, Nunes precisa encontrar uma origem o mais ‘eugênica’ possível para esses africanos e seus descendentes. Apesar de admitir que os escravos “constituem a maior parcela da população disseminada pelas fazendas” (Nunes, 2014, p. 103) no período colonial, Odilon Nunes não chega a dizer que são os negros o componente étnico que mais contribuiu para a formação do povo piauiense.

Qual a contribuição dos portugueses na formação do povo piauiense para Odilon Nunes e para Abdias Neves? Para Neves, eis sua explicação:

Devemos o povoamento às emigrações, em massa, de portugueses, em 1676. Mafrense e Avila os encaminhavam. Exigiu-os o *modus* da colonização – a pecuária.

O índio e o negro não prestavam para isso, não só pelo desconhecimento da indústria, como pela indolência. O boi arrastou das campinas do Alentejo para as várzeas piauienses, o vaqueiro. E este serviu de tronco, opulento de seiva, da árvore de nossa formação étnica (Neves, 1926, p. 136).

Na versão de Abdias Neves sobre a formação étnica do povo piauiense, portanto, não resta dúvida: houve misturas, mas o povo piauiense é conformado em torno do elemento branco, de quem tem posição somente positiva, rebatendo a imagem de que os portugueses que aqui chegaram eram degredados. Eram os alentejanos pacatos, pouco falantes, hospitaleiros e acostumados à pecuária. A partir dos sertões do São Francisco, “trouxeram o caráter

. . . que . . . fielmente reproduz o do piauiense – por uma singular permanência das feições hereditárias. Os traços do matuto hoje são os mesmos. Em cousa alguma se lhe modificou a fisionomia” (Neves, 1926, p. 20).

Já Odilon Nunes, mais uma vez recorrendo a fontes primárias⁶, retoma a posição de que parte dos brancos chegados à capitania eram degredados:

Quando a vila da Mocha foi fundada, vieram-lhe também de Portugal 300 degredados, e posteriormente outros que certamente não poderiam ser homens afeitos ao trabalho assíduo, ordeiro e produtivo. Para a época, não foi pequena a parcela de degredados lançada no amálgama étnico piauiense. Vieram ainda novos contingentes, entre os quais até mesmo suíços, por motivos de deserção (Nunes, 2014, p. 103).

O ‘amálgama étnico piauiense’, assim, é formado por negros, como já vimos, e portugueses degredados. A opinião de Nunes sobre o elemento étnico branco não é favorável; mesmo minimizando o peso dos delitos a partir de uma citação de Freire (1937, p. 175 citado por Nunes, 2014, p. 103) – “nem todos eram desterrados por crimes que hoje consideraríamos crimes, mas vários por pecadilhos de amor e de heresia” –, sentencia: “Seja como for, eram deportados e, como tais, não poderiam deixar de ter influências nocivas na formação moral dos primitivos povoadores” (Nunes, 2014, p. 103). Se havia “notável contribuição de portugueses eugênicos, vindos dos campos de Portugal para os criatórios do Brasil”, não era, “entretanto, para a bacia do Parnaíba” (Nunes, 2014, p. 104) que se dirigiam. Os portugueses que no Piauí se estabeleceram eram “de Alentejo, onde mais dominava a etnia do mouro, ou[,] segundo Oliveira Viana, ‘imensamente mestiçada de sangue semita” (Viana, 1923, p. 316 citado por Nunes, 2014, p. 104).

⁵ Sobre os negros, a influência de suas discussões raciais parece não ser Oliveira Viana, como é o caso em outros trechos. Ao falar sobre os negros escravizados trazidos aos sertões piauienses, o autor afirma que a maior parte dos que chegaram era de sudaneses, ‘tipos superiores’. ‘Sudaneses’ não é um dos ‘tipos africanos’ mencionados por Oliveira Viana, o que nos leva à hipótese de que Nunes leu outros autores que debatiam as origens dos negros africanos, como Rodrigues (2010, p. 43), que defendia a ideia de uma “preeminência intelectual e social . . . aos Negros sudaneses”. Odilon Nunes não cita este autor, e tampouco qualquer outro que dê indícios de suas leituras sobre as discussões dos ‘tipos’ africanos.

⁶ Uma carta de 1773 do então governador da capitania, Gonçalo Pereira Botelho de Castro, aos juizes da cidade e vilas do Piauí.

E quanto aos indígenas? Para Nunes, esses “pouco contribuíram, como elemento étnico, para a formação do piauiense” (Nunes, 2014, p. 90), tendo sido exterminados ou se miscigenado na população até o final do século XVIII. Outro elemento que contribui para essa afirmação de Nunes é sua constatação de que – com exceção de Jaicós, Regeneração (antiga S. Gonçalo do Amarante), Valença, Jerumenha e Aroás – as “primitivas vilas e os povoados do primeiro e segundo séculos [de colonização do Piauí], quase sempre, senão constantemente, tiveram origem em fazendas de gados” (Nunes, 2014, p. 105), e não em aldeamentos.

Assim, para Nunes, em termos de marcos históricos, a extinção dos indígenas ocorreu no Piauí ainda no final do século XVIII. Contudo, e é o que demonstro a seguir, grande parte da população piauiense descenderia de indígenas e negros – sendo “mameluca” ou “mulata”, nos termos do autor (Nunes, 2014). Foi essa população, com tendências à migração e à anarquia, que coube a Manuel de Sousa Martins incorporar à civilização, sempre de acordo com minha leitura do ensaio de Odilon Nunes⁷.

Segundo Souza (2008), os intelectuais-historiadores piauienses da Primeira República pouco escreveram sobre os indígenas. Abdias Neves foi quem mais o fez, e dedicou aos indígenas três páginas em seu “Aspectos do Piauí” (Neves, 1926). Em “História do Piauí: sinopse”, de 1903, Clodoaldo Freitas (1904) “rechaça o indianismo romântico, base da identidade cultural brasileira no séc. XIX” (Souza, 2008, p. 136), e contrasta-o à brutalidade dos indígenas, expediente que será replicado por Nunes nos anos 1960. Também Abdias Neves usa relatos coloniais para argumentar que os indígenas comporiam uma “sociedade em embrião” (Neves, 1926, p. 133). Para este escritor, assim como para Odilon Nunes, os indígenas contribuíram pouco com a formação do povo piauiense: “O Branco e o negro ficavam diante do índio sem o assimilar, o que

se explica pelo isolamento dos primeiros nas fazendas, onde o silvícola era considerado inimigo perigoso que se deve aniquilar, sem piedade ou vacilação” (Neves, 1997 citado por Souza, 2008, p. 188).

Se já tratamos da contribuição dos indígenas, dos negros e dos portugueses na composição étnica do povo piauiense para Odilon Nunes, resta a questão mais ampla: qual era, afinal, essa composição étnico-racial? Nunes admite, com dados coloniais, a grande participação de mão de obra escravizada nas fazendas de gado. Concede espaço para a contribuição de sangue indígena nos primeiros momentos da colonização, quando os vaqueiros deviam tomar mulheres indígenas como ‘amásias’. Já com relação aos colonizadores portugueses, esses estiveram em pequeno número na capitania por grande parte do tempo da colônia; muitos eram degredados, e os que vieram por outros meios, eram mestiçados com ‘sangue semita’. Em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, Odilon Nunes não é explícito sobre o tema da miscigenação. Eis o que ele escreve sobre a parcela mais numerosa na formação da população colonial piauiense:

Os que formavam maior volume no povoamento dos criatórios eram os que constituíam os contingentes diversos que fugiam da servidão do litoral, especialmente dos engenhos, nem sempre para a vida livre do colonato, como atribuiu Oliveira Viana, mas para associar-se aos moradores facinorosos de que nos falou a autoridade do Alto Poti, ou aos peralvilhos de que nos falou também João Pereira Caldas e que só queriam viver na ociosidade, passando de uma a outra capitania da América. Essa tendência para migração seria fator básico para a desorganização do trabalho, da perturbação da ordem . . . Seu nomadismo torna-o guerreiro, e o senhor dos currais ainda o agrega não apenas para ostentação de grandeza e poder, mas também como defesa, porque efetivamente se sente em perigo, na iminência do assalto do índio do curso que a qualquer hora poderia desfechar seus golpes traiçoeiros (Nunes, 2014, p. 104).

À primeira leitura, não é claro quem são, em termos étnicos ou raciais, esses ‘contingentes diversos’ fugidos da servidão do litoral. Nunes explicitara esse ponto, contudo,

⁷ Ver as análises das seções precedentes “O ensaio” e “Os indígenas são o Outro”.

algumas páginas antes: “Eram esses pobres esquecidos e largados os contingentes diversos de que nos fala Oliveira Viana, o transbordo das senzalas, o sobejo da mestiçagem do litoral, mamelucos, mulatos que fogem da servidão dos engenhos para a vida livre do colonato” (Nunes, 2014, p. 93, ênfases no original)⁸.

É possível, assim, que, se os indígenas não compõem o grosso da população piauiense, seus descendentes 'mamelucos' o façam? A seguinte frase, no artigo de 1960 de Odilon Nunes, parece confirmar que sim: “O maior contingente de sangue ameríndio nos veio, entretanto, de Ibiapaba e, sobretudo, da volumosa corrente de mestiços que ingressavam no Piauí e que eram acolhidos pelos fazendeiros” (Nunes, 2014, p. 105). É neste ponto, portanto, que se encontra o fim dos indígenas no século XVIII, aliado à permanência de mestiços com antepassados indígenas nos séculos posteriores. É esta contradição do ensaio de Nunes que se esmiúça aqui – numa leitura interna ao texto, mas também ao contrastá-lo a outras narrativas da história.

A miscigenação não é uma questão que Nunes aborda explicitamente em seu ensaio de 1960. Não sabemos, ao fim do texto, se a população piauiense tende a uma “arianização progressiva dos nossos grupos regionais” (Viana, 1938, p. 191) a partir da mestiçagem. Nunes introduz uma seção de debate sobre a psicologia do vaqueiro – cuja formação étnica parece ser mestiça. Ainda na busca por psicologias próprias às raças, na sua exposição sobre os indígenas, o historiador tece considerações sobre seu caráter psicológico e suas aptidões para trabalho: “O trabalho sedentário, para os silvícolas, era a escravidão” (Nunes, 2014, p. 81). Em “Evolução do povo brasileiro”, Oliveira Viana explica que “cada raça tem a sua psicologia própria” (Viana, 1938, p. 183) e, no estudo do tipo brasileiro, é preciso levar em conta as composições de cada raça e tipo que formam os mestiços. À primeira vista, parece ser isso o que Nunes busca empreender ao estudar

a psicologia do vaqueiro. No entanto, como abordo adiante, Odilon Nunes se contrapõe à tese euclidiana sobre a ocupação dos sertões (E. Cunha, 2016) e defende que o piauiense não seria mameluco. Mas talvez o seja, defende-se aqui, sempre a partir da análise do ensaio de Nunes.

No quarto volume de “Pesquisas para a história do Piauí” (Nunes, 2007), em que o historiador se debruça sobre o século XIX, Nunes retoma essa questão, inclusive em diálogo mais explícito com Oliveira Viana. É num capítulo a respeito da abolição que ele se contrapõe à ideia de uma arianização da população piauiense como resultado de maior letalidade dos escravizados em relação aos homens livres. No entanto, concorda com a ideia geral de uma tendência à arianização, que é a miscigenação: “a espontânea mistura étnica que se processou, e ainda se está elaborando no Brasil, donde surgiram o mulato e o mameluco, como sua primeira manifestação” (Nunes, 2007, p. 248). Algumas páginas adiante, Nunes afirmara que são os mulatos e mamelucos o “elemento humano . . . que constituía o grosso da população piauiense” (Nunes, 2007, p. 252). Ao que tudo indica, eram eles também que integravam “os contingentes diversos que fugiam da servidão do litoral” de seu artigo de 1960 (Nunes, 2014, p. 104).

Os indígenas, na composição do povo piauiense, segundo a versão de Odilon Nunes, foram pouco importantes. Se, no período colonial, foram significativos os negros, seu argumento é o de que esse já não é o caso para o século XIX. Já o componente branco foi, para ele, pouco numeroso. Então, repete-se a pergunta: quem forma a maior parte do povo piauiense, segundo Odilon Nunes? Esse contingente de mestiços – ‘mulatos’ e ‘mamelucos’ – aparece apenas marginalmente em seu trabalho – seja no ensaio de 1960, seja em “Pesquisas para a história do Piauí”. Uma população que “vivia marginalizada, sem haveres, sem direitos, numa nova modalidade de escravidão, largados à sorte incerta,

⁸ Neste trecho, Nunes refere-se ao livro “Populações Meridionais do Brasil” (1920), de Oliveira Viana.

sem um guia que lhe apontasse uma canã” (Nunes, 2007, p. 252), formada por aqueles que, descendendo de negros e índios miscigenados, já não ocupam por completo o lugar da não história ou da pré-história do Piauí, como os indígenas, mas estão à margem da história.

DADOS CENSITÁRIOS

Outro expediente usado por Odilon Nunes para montar sua narrativa acerca da conformação étnica da população piauiense refere-se ao uso de dados demográficos. Também Abdias Neves explicitamente atesta o fim dos indígenas a partir de dados censitários. Nesta seção, analiso as particularidades do modo como esse tipo de fonte é mobilizada por esses dois autores. Comento especificamente passagens de “Aspectos do Piauí”, de Neves (1926), “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, de Nunes (2014), e o capítulo “A abolição” do quarto volume de “Pesquisas para a história do Piauí”, de Nunes (2007). O intuito da comparação é deixar entrever os interstícios pelos quais os atores silenciados se fazem audíveis.

Em “Aspectos do Piauí”, Neves (1926) apresenta alguns mapas populacionais e dados censitários dos séculos XVIII e XIX. Em 1762⁹, de uma população de 12.746 pessoas na capitania¹⁰, havia 354 índios Gueguês na aldeia de Jaicós e 337 ‘Acoroaz’ (Akroás) em São João de Sende. Nas vilas e fazendas, a população contada divide-se entre livre e escrava. Posteriormente, ele apresenta os seguintes dados do censo de 1862, que provavelmente evidenciam algum erro de tipografia: “Branco – 21.945; pretos 14.948 dos quais 19.193 escravos; pardos 32.034, pardos escravos 5920” (Neves, 1926, p. 137). Em seguida, pergunta-se: “E a população indígena? Dos mapas não consta” (Neves, 1926, p. 137). Os indígenas, presume-se, já estavam extintos.

A tabela seguinte presente em Neves (1926) indica dados populacionais para 1854, que apontam um total de 135.811 homens livres, 16.868 escravos e 222 estrangeiros. Abdias Neves não discute o que os dados apresentados indicariam. Eles são transcritos como retratos da sociedade piauiense. Os dados censitários servem a dois propósitos: (1) mostrar que os indígenas, constantes em dois aldeamentos em 1762, já não mais existem sete décadas depois; (2) apontar a tendência ao branqueamento da população piauiense, pois o número de escravizados indicaria um número decrescente de pretos. A miscigenação, para Neves, implica um branqueamento: “Do amalgama, resultaram mamelucos, mulatos, caboclos e cafuzes . . . depois de 1888, com a abolição [os africanos] [d]ispersos, abominando a própria raça, vendo na cor um estigma do cativo, fundiram-se, gradativamente, no contato do branco” (Neves, 1926, p. 136).

Odilon Nunes (2014) também usa dados de contagem populacional para tratar da composição da população piauiense. Com dados de 1697, o historiador precisa admitir que a maior parte da população do período era escravizada. Conforme também já comentado, no capítulo “A abolição”, de “Pesquisas para a história do Piauí”, 4º volume, Nunes (2007, p. 251) constrói um quadro populacional do total de batismos e óbitos da população livre e escrava entre 1864-1865. Ali, contrapõe-se à tese de Oliveira Viana de uma arianização causada por menor natalidade e maior mortalidade entre os escravizados. Não é o que demonstram os dados compilados por Nunes. Contudo, seus dados indicam uma porcentagem de escravizados no total da população muito menor do que nos tempos da colônia. Com efeito, é nesta parte do capítulo que ele introduzirá a ideia de que a maior parte da população

⁹ Abdias Neves não faz referência à fonte primária ou secundária de onde provém seus dados de 1762. A partir de um artigo de Mott (2016), que menciona dados demográficos para o mesmo ano, imagino que se trata de recenseamento feito pelo primeiro governador da capitania, João Pereira Caldas. Contudo, os números de escravizados apresentados por Neves e Mott não é o mesmo, pois Mott contabiliza apenas os habitantes das fazendas, e não os das vilas.

¹⁰ Neves (1926) escreve ‘Província’.

do Piauí era composta pelos 'mulatos' e 'mamelucos' saídos das senzalas e largados à própria sorte. Para isso, no entanto, não apresenta dados censitários.

Para Abdias Neves, mas também para Oliveira Viana, a miscigenação indicava uma tendência ao branqueamento da população. Já não mais pretos nem indígenas, os mulatos e mamelucos não eram, para Oliveira Viana, uma categoria étnica estável; iriam tender para um ou outro lado, e sua hipótese era da tendência à arianização. A segunda parte de "Evolução do povo brasileiro", justamente aquela que versa sobre raça, foi publicada como introdução ao censo de 1920 (Botelho, 2010). No texto, Oliveira Viana faz referências ao censo de 1890; seu objetivo, ao comentá-lo, é mostrar que a porcentagem de mestiços na população total aumentara com relação à de pretos. Com o tempo, segue seu raciocínio, haveria o "verdadeiro estacionamento da população negra e mestiça" (Viana, 1938, p. 91), porque estaria em curso um processo de arianização.

Odilon Nunes, que leu "Evolução do povo brasileiro", e, portanto, teve acesso às tabelas que indicam as porcentagens da composição racial de cada estado brasileiro em 1890, não as menciona em seus trabalhos¹¹. "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento" encerra com as lutas pela independência. E, no volume quarto de "Pesquisas para a história do Piauí", todos os capítulos temáticos findam no período do Império. Desse modo, apesar de lidar com dados demográficos em seu trabalho para tratar das presenças de negros escravizados ou de indígenas durante a colônia e o império, Odilon Nunes não usa dados posteriores.

Não podemos saber se Nunes teve acesso aos dados do recenseamento de 1872, ainda no período imperial.

Se tivesse tido, veria que as tabelas indicam 13.453 caboclos na província do Piauí, o que perfazia 6,6% da população. Percentualmente, em 1872, o Piauí era a sétima província com a maior população de caboclos entre sua população total, ficando atrás apenas do Amazonas (63,9%), do Pará (16,2%), do Mato Grosso (14,1%), do Ceará (7,3%), do Paraná (7,1%) e do Espírito Santo (6,7%). Em números totais, a quantidade de mais de 13 mil caboclos também era expressiva, posicionando o Piauí com a oitava maior população cabocla no país (Oliveira, 2011, p. 664). Os dados de 1890 são ainda mais impressionantes: o total de caboclos no Brasil passou de 386.955 para 1.295.796, e percentualmente o aumento foi de 3,9% da população brasileira para 9,6% (Oliveira, 2011, p. 664). No Piauí, a porcentagem de caboclos na população total do estado era de 20,19%. O restante da composição do estado era a seguinte: 28,34% de brancos, 15,18% de pretos e 36,29% de mestiços (Diretoria Geral de Estatística, 1898, p. 5).

Apesar de Nunes não trabalhar dados republicanos em seus escritos, o conhecimento que ele tinha dessas informações indica o silenciamento das presenças indígenas – ou caboclas¹² – em seus textos. A meu ver, esse silenciamento não é "farsa" (Costa, 2011) ou deliberada 'construção' de uma invisibilidade indígena, mas revela a impossibilidade de incluir esses 'fatos' na sua narração da história do Piauí. Como já argumentei, não há espaço nem para os indígenas, nem para os mestiços na história contada por Odilon Nunes. E, no entanto, eles estão ali, nas brechas da história contada no próprio ensaio.

A menção a dados censitários não incluídos na análise de Nunes – alguns dos quais ele tinha conhecimento – não visa a mostrar 'a verdade' –

¹¹ É preciso mencionar que há um erro na tabela apresentada por Oliveira Viana, ao menos na edição a que tive acesso, a 3ª edição, de 1938 (e que não é a mesma citada por Odilon Nunes): ele indica que a porcentagem de brancos no Piauí era de 48,34%; no entanto, de acordo com os dados publicados daquele recenseamento, essa porcentagem era de 28,34% (Diretoria Geral de Estatística, 1898).

¹² Oliveira (1997) levanta a hipótese de que o aumento de 'caboclos' no censo de 1890, em comparação ao de 1872, esteja relacionado a uma reclassificação da população, agora toda livre, e às próprias relações raciais pós-abolição. Dados que esse mesmo autor trabalhou, em outro texto (Oliveira, 2011), para o Ceará, no entanto, indicam uma correspondência entre os municípios com maior população cabocla e áreas historicamente ocupadas por povos indígenas.

categoria tão mobilizada pelo próprio Odilon Nunes – sobre a composição da população piauiense no final do século XIX. Intenciono, como já explicado, dar a ver os interstícios entre uma e outra narração da história. A história que os dados censitários de 1872 e 1890 narram difere da de Nunes, e a contraposição entre as narrativas deixa ver a indianidade silenciada.

OS SERTÕES ‘INVERTIDO’

No ensaio de 1960, Odilon Nunes retoma explicitamente a divisão de Euclides da Cunha sobre aqueles que ocuparam os sertões: “[o] bandeirante, o jesuíta, o vaqueiro” (E. Cunha, 2016, p. 99). Conforme escrevi alhures¹³:

Como para Euclides da Cunha, para Odilon Nunes os jesuítas concorreram com os exploradores bandeirantes no destino dos índios. Sob os exploradores (bandeirantes), reinava a barbárie dos extermínios indígenas, enquanto sob a Companhia de Jesus, a preservação “do aborígene”. O vaqueiro foi quem verdadeiramente colonizou a região, isso para ambos os autores. Se esses vaqueiros têm como ancestrais os indígenas das regiões conquistadas, os autores divergem (Galan de Paula, 2022, p. 481).

O “milagre dos jesuítas” (Nunes, 2014, p. 82) na serra da Ibiapaba propiciavam aos indígenas “alegria, festas, charamelas”. Já nas terras do que viria a ser o Piauí, foram os exploradores que chegaram primeiro, sucedidos pelos curraleiros. Diferentemente dos inácianos, impuseram:

. . . a limpeza da terra que consistia na expulsão de seus primitivos habitantes . . . Os selvagens, geralmente glutões e caçadores de gado, foram, então, expulsos da bacia parnaibana, a ferro e fogo, em defesa do direito de propriedade (Nunes, 2014, p. 82).

Na explicação de E. Cunha (2016, p. 95) acerca da ocupação colonial do sertão, a Companhia de Jesus

teria tido uma “tarefa nobilitadora” face ao “colono ganancioso”. Nunes segue essa lógica explicativa: segundo ele, o extermínio indígena foi rápido no Piauí (ocorrendo até meados do século XVIII), pois ali os jesuítas pouco atuaram na catequese. Como a tese da ocupação do sertão do gado através da concorrência entre bandeirantes e jesuítas não se aplica ao caso piauiense, residiria aí o elemento explicativo para dizer que todos os indígenas foram exterminados nas guerras ou fugiram do Piauí.

Assim como Euclides da Cunha (2016, p. 96) tratou de um “entrelaçamento geral” entre as raças causado pela penetração dos exploradores, também Odilon Nunes cita que houve mulheres indígenas “amásias dos vaqueiros sempre celibatários” (Nunes, 2014, p. 82). No entanto, como veremos, “Nunes recusa a influência majoritária do indígena na composição do povo piauiense” (Galan de Paula, 2022, p. 482). Euclides da Cunha, por outro lado, argumenta que “é natural que grandes populações sertanejas, de par com as que se constituíam no médio São Francisco, se formassem ali com a dosagem preponderante do sangue tapuia” (E. Cunha, 2016, p. 110). Para ele, o sertanejo, o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (E. Cunha, 2016, p. 103), é mameluco, havendo pouca influência negra nos sertões. Essa visão é contraposta por Nunes que, a partir de dados coloniais, argumenta que a mão de obra nas fazendas de gado era majoritariamente composta por negros escravizados¹⁴.

As discussões sobre a Companhia de Jesus pouco ter atuado na catequese no Piauí precedem Odilon Nunes e o sucedem. Pesquisas posteriores reforçam a ideia de pouca atuação dos jesuítas na capitania no Piauí – à exceção da região da Serra da Ibiapaba, limítrofe com o Ceará:

¹³ Esta seção também retoma algumas análises preliminares que publiquei em outro lugar (Galan de Paula, 2022), dando a elas contornos mais definidos.

¹⁴ Pesquisas mais recentes, como as de Mott (2016), corroboram essa ideia. A partir de fontes coloniais (1697 e 1772), Mott (2016) demonstra que a quantidade de indígenas vivendo das fazendas de gado era pequena. Com isso, ele refuta uma série de teses sobre a ocupação dos sertões pecuaristas, entre elas a de convivência pacífica entre colonizadores e indígenas e a ideia de que os índios seriam mais afeitos à lida com o gado do que às atividades agrícolas; no século XX, essa última tese foi defendida nas páginas de historiadores como Celso Furtado, Teresa Petrone e Roberto Simonsen.

Vale mencionar o caráter das atividades jesuítas no sertão da capitania do Piauí. Nessa região, a Companhia de Jesus esteve preocupada em administrar suas fazendas de gado, doadas, em 1711, por herança ao Colégio da Bahia, pelo rico fazendeiro Domingos Afonso Mafrense. Três dessas unidades serviram de residência aos padres: Santo Inácio, Nazaré e São João, a primeira situada nas margens do rio Canindé, as duas últimas na ribeira do Piauí. Nos arrabaldes da vila da Mocha, ainda no Piauí, o rei D. João V, em 1732, aprovou a construção de um seminário que serviria de morada para seis religiosos, tendo ofertado, para os gastos da obra, um auxílio pecuniário de 3 mil cruzados (Arraes, 2015, p. 106).

Outras investigações contemporâneas indicam que os primeiros jesuítas passaram pelo Piauí, de Pernambuco rumo ao Maranhão em 1607 e “só em 1656 foi fundada, em território piauiense, a Missão jesuítica de São Francisco Xavier, para servir de entreposto de catequização e produção entre as capitanias e Missões de Pernambuco e Maranhão” (Macedo et al., 2018, p. 4). A atuação dos jesuítas na primeira fase de ocupação, correspondente ao final do século XVII, se deu, sobretudo, “como missionários, desbravadores e expedicionários, e apenas em 1702 conseguiram estabelecer os primeiros aldeamentos” (Macedo et al., 2018, p. 5).

A maior participação dos inicianos no Piauí foi a partir de 1711, quando a Companhia de Jesus herdou as fazendas de Domingos Afonso Mafrense. A administração das fazendas durou menos de meio século, quando, sob o governo de Pombal, os jesuítas foram expulsos do Brasil; tais fazendas passaram então à Coroa Portuguesa. Embora mencionadas por muitos historiadores, existem poucas pesquisas sobre as fazendas sob administração dos jesuítas no Piauí, bem como sobre o trabalho de missionarização e aldeamento do início do século XVIII. De todo modo, seja nos escritos do início do século XX, seja naqueles do começo do século XXI, os jesuítas seguem entendidos na história do Piauí como tendo ocupado o papel majoritariamente de administradores de fazendas. No entanto, nem todos os autores que tratam da presença jesuíta no Piauí associam sua pouca atuação na catequese ao extermínio dos índios pelos exploradores. Essa é uma composição narrativa de Odilon Nunes.

Os intelectuais-historiadores que o precederam em escritas de história do Piauí, como Abdias Neves e Higino Cunha, tiveram influências de “Os sertões” em suas análises e, no entanto, não traçaram a mesma relação entre o papel dos jesuítas no Piauí e o fim dos índios.

A inversão da tese de Euclides da Cunha sobre a ocupação dos sertões da pecuária por Odilon Nunes corresponde, portanto, a uma composição específica de Odilon Nunes com ideias de Oliveira Viana. No final da parte “A evolução da raça”, em “Evolução do povo brasileiro”, Oliveira Viana escreve a respeito dos ‘caboclos’ do nordeste, “mestiços indo-aricos” (Viana, 1938, p. 215). Afirma que, por não terem os “tipos cruzados . . . estabilidade somatológica” (Viana, 1938, p. 215), não se pode falar em uma sub-raça mestiça em fase de fixação. Euclides da Cunha, em “Os sertões” também se posiciona contrário à mestiçagem excessiva, “na maioria dos casos prejudicial” e “um retrocesso” (E. Cunha, 2016, p. 110). Contudo, seu argumento vai na direção de afirmar que, no sertão estudado, formou-se um “tipo mestiço bem definido, completo” (E. Cunha, 2016, p. 107), por conta do longo isolamento da região. E, como se sabe, esse “tipo antropológico invariável” ou essa “subcategoria étnica já constituída” (E. Cunha, 2016, p. 110) é, para Euclides da Cunha, mameluco. Oliveira Viana, por sua vez, discorda dessa avaliação e defende que esse tipo em formação irá evoluir “ou para o homem americano, ou para o homem europeu” (Viana, 1938, p. 215). Segundo suas ideias acerca das “seleções étnicas” (Viana, 1938, p. 215), conclui que “na massa cabocla do nordeste os tipos que hão de emergir ao fim desse trabalhoso processo seletivo . . . hão de ser ali . . . variantes arianóide, vestidas com a libré dos climas tropicais” (Viana, 1938, pp. 215-216).

Conforme argumentei, em “O Piauí, seu povoamento e seu descobrimento”, Odilon Nunes (2014) não discute explicitamente a tese de Oliveira Viana sobre a ‘tendência à arianização’ dos mestiços, mas parece concordar com ela. De todo modo, o historiador piauiense já expurgara o indígena como contribuidor à composição étnica do piauiense; um dos expedientes que usa para isso se refere

ao papel dos jesuítas no Piauí. O expurgo indígena da formação do piauiense é, assim, duplo.

Expurgado, o indígena volta pela porta de trás, e ocupa as margens da história do Piauí nas páginas de Odilon Nunes. Mamelucos e mulatos ainda não incorporados à civilização conformam o maior contingente populacional desde a colônia e que, no entanto, não aparece nessa história. O silenciamento dos indígenas, portanto, corresponde também ao não lugar dos descendentes daqueles que – por visões essencialistas da identidade – já não são nem indígenas, nem negros, nem nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou estudar o silenciamento dos indígenas em um ensaio de Odilon Nunes. A aposta é a de que os silenciamentos na história devem ser estudados a partir de narrativas específicas e na contraposição entre narrativas (Trouillot, 2016).

A primeira parte do artigo dedicou-se a uma análise interna do ensaio de Odilon Nunes, descrevendo os procedimentos textuais de alterização indígena e mestiça, que silenciam esses componentes populacionais nesta versão da história do Piauí. No entanto, e seguindo ainda as ideias de Trouillot (2016), não se procedeu aqui a uma análise meramente construtivista da narração da história, buscando-se os indícios e as brechas que mostram os elementos silenciados. Os dados censitários, por exemplo, são indícios daquilo que a narrativa de Odilon Nunes – mas também de alguns escritores que o precederam – não conta. Os desajustes entre certas fontes – como as evidências de ser a população piauiense majoritariamente mestiça – e as afirmações do autor deixam ver que a historicidade 2 – “as narrativas históricas” (Trouillot, 2016, p. 61) – não consegue ser completamente arbitrária, pois a historicidade 1 – o processo sócio-histórico propriamente dito – “deixa indícios, alguns dos quais são bastante concretos – edifícios, cadáveres, censos, monumentos, diários, fronteiras políticas – que limitam o alcance e o significado de qualquer narrativa histórica” (Trouillot, 2016, p. 61). Em alguns casos, esses

indícios são aparentemente ignorados por Nunes, como nos dados censitários. Por outras vezes, há uma articulação difícil entre as fontes e a narrativa de Nunes. É o caso do lugar (ou não lugar) das populações mestiças em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”: elas compõem e não compõem a maioria da população da região; integram e não integram o Piauí pretendido por Odilon Nunes.

Por fim, este artigo, ainda na primeira parte, incorporou outro tipo de análise às inspirações que retirei da leitura de Trouillot (2016): as formas de concatenação de tempos foram analisadas ali. A escrita da história como uma contraposição entre o passado e o presente-futuro, aliada a uma visão progressiva de história, contribui para o modo como os indígenas são extirpados da história piauiense no ensaio de Odilon Nunes.

Este artigo, apesar de focado no estudo de um único ensaio, contribui não apenas para o estudo da história e da historiografia piauiense, mas é um exercício em antropologia da história, e proporciona indagações mais amplas em antropologia. Nesse sentido, pretendeu-se explorar os modos através dos quais a constituição de uma história estadual – uma história piauiense sobre o Piauí – lida com questões relativas à formação do povo daquele estado, e indaga sobre os futuros para o estado. Se pesquisas contemporâneas na antropologia brasileira têm se dedicado mais ao estudo da constituição de histórias nacionais (De Lucca, 2021) ou municipais (Lacerda, 2021, 2023; Loureiro, 2007; Marques, 2015; Galan de Paula, 2025), a formação de histórias estaduais ou regionais (Mestrinelli, 2023) pode também ser realizada. Este artigo, assim como outras produções de minha autoria (Galan de Paula, 2025), desse modo, leva a indagações muito mais amplas em antropologia: como as narrativas históricas são capazes de produzir e imaginar coletivos? Como, a partir das histórias, se produzem homogeneizações e alterizações? As respostas a essas perguntas, como ensinou Trouillot (2016), só podem ser descrições específicas de como a história funciona. Este artigo é uma resposta, necessariamente descritiva e pontual, a essas amplas questões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à bolsa de doutorado (processo nº 2019/00395-1) concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Sou grata também a *Dissertation Fieldwork Grant concedida pela Wenner-Gren Foundation* (Gr. #10110), que possibilitou a pesquisa na biblioteca do Arquivo Público do Estado do Piauí, em Teresina. Como estudante de doutorado, integrei o projeto temático "Métis - artes e semânticas da criação e da memória" (processo nº 2020/07886-8), financiado pela FAPESP. Agradeço a Ana Claudia Marques, Emília Pietrafesa de Godoi e Fernanda Arêas Peixoto pelos comentários a uma versão prévia deste artigo, sob a forma de relatório de qualificação de doutorado. Agradeço, ainda, a Rainer Miranda Brito e Natacha Simei Leal, por terem tornado acessíveis para mim diferentes textos de Odilon Nunes, quando necessitei.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. R. C. (2010). *Os índios na história do Brasil*. FGV Editora.
- Apresentação. (1957). *Econômica Piauiense*, 1(1).
- Arraes, E. (2015). Entre reses e almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuítas dos sertões das capitanias do norte. *Pós FAUUSP*, 21(36), 84-100. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v21i36p84-100>
- Assis, R. S. (2016). *Os índios do território Serra da Capivara: história, memória e ensino* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173173>
- Botelho, A. (2010). Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, 22(1), 47-66.
- Costa, J. P. P. (2011). A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In Á. P. Pinheiro, L. J. Gonçalves, & M. Calado (Orgs.), *Patrimônio arqueológico e cultura indígena* (pp. 140-161). EDUFPI.
- Cunha, E. (2016). *Os sertões: campanha de Canudos*. Edições Sesc; Ubu Editora.
- Cunha, M. C. (Org.). (1992). *História dos índios no Brasil* (2 ed.). Cia das Letras.
- De Lucca, D. (2021). *A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste*. Edufba.
- Directoria Geral de Estatística. (1898). *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Oficina da Estatística. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>
- Dube, S. (2021). History, anthropology, and rethinking modern disciplines. *Oxford Research Encyclopedia of Anthropology*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190854584.013.310>
- Freire, G. (1937). *Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Editora José Olympio.
- Freitas, C. (1904). História do Piauí: sinopse. In M. Rosa, J. Pinheiro, & A. Neves (Orgs.), *Almanaque piauiense* (3º ano). Tip. Teix.
- Galan de Paula, C. (2022). Os índios "pouco contribuíram, como elemento étnico, para a formação do piauiense": Odilon Nunes e a constituição do povo piauiense. In *Memorias del VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología: Desafíos emergentes, antropologías desde América Latina y el Caribe* (Vol. 3, p. 15). <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/portal/memorias-de-congresos-ala/>
- Galan de Paula, C. (2025). *Passados e presenças: 'Índios', tempo e história em Coronel José Dias, Piauí* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2024.tde-30012025-133214>
- Goldman, M. (1999). Lévi-Strauss e os sentidos da História. *Revista de Antropologia*, 42(1-2), 223-238. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011999000100012>
- Gonçalves, J. F. (2017). Revolução, voltas e reveses: temporalidade e poder em Cuba. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(93), 1-16. <https://doi.org/10.17666/329305/2017>
- Hartog, F. (1988). *The mirror of Herodotus: the representation of the other in the writing of history*. University of California Press.
- Heródoto. (1994). *Histórias*. Edições 70.
- Hirsch, E. (2021). History. *The Open Encyclopedia of Anthropology*. <https://doi.org/10.29164/21history>
- Hirsch, E., & Stewart, C. (2005). Introduction: ethnographies of historicity. *History and Anthropology*, 16(3), 261-274. <https://doi.org/10.1080/02757200500219289>
- Lacerda, R. B. (2021). A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia. *Wamon*, 6(1), 69-89. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/9085>
- Lacerda, R. B. (2023). *Terra sem lei? Sociedade e política no governo da Amazônia* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].



- Leite, S. (1940). *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. Companhia Editora Nacional.
- Lévi-Strauss, C. (2010). *La pensée sauvage*. Plon.
- Lévi-Strauss, C. (2017a). As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico e social. In C. Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural dois* (pp. 326-336). Ubu.
- Lévi-Strauss, C. (2017b). Raça e história. In C. Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural dois* (pp. 337-376). Ubu.
- Loureiro, T. N. M. (2007). *Os séculos perdidos e a semente do progresso: temporalidades, histórias e verdades nas narrativas regionais de Ilhéus* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Macedo, A. O., Felice, G. D., Matos, M. X. G., Souto Maior, P. M., & Santana, T. M. C. (2018). Índícios de uma fazenda jesuíta: o sítio arqueológico Brejo de São João, Piauí. *FUMDHAMentos*, 15(1), 3-36. https://fumdhm.org.br/wp-content/uploads/2019/02/fumdhm-fumdhamentos-xv-2018-_771084.pdf
- Marques, A. C. D. R. (2015). *Percurso e destino: parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso* [Tese de livre docência, Universidade de São Paulo].
- Mello, M. M. (2021). Espíritos, história e colonialismo na Guiana. *Revista de Antropologia*, 64(2), e186650. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186650>
- Mestrinelli, L. (2023). *Cronotopos goeses: uma análise semiótica* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-20022024-165904>
- Monteiro, J. M. (2001). *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo* [Tese de livre docência, Universidade Estadual de Campinas].
- Mott, L. R. B. (2016). Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. In C. M. M. Dias, & P. S. Santos (Orgs.), *História dos índios do Piauí* (2 ed., pp. 201-216). EDUFPI.
- Moura, I. C. G. M. (2010). *Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí]. <http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/27>
- Neves, A. (1926). *Aspectos do Piauí: formação territorial, composição étnica, valores econômicos, organização política*. Typographia D' "O Piauí".
- Neves, A. (1997). *O Piauí na Confederação do Equador*. EDUFPI; Academia Piauiense de Letras.
- Nunes, O. (2007). *Pesquisas para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província. Em busca de organização: escola e trabalho...* (Coleção Grandes Textos, Vol. 4). FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves.
- Nunes, O. (2014). O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento. In *Estudos de História do Piauí* (2 ed., pp. 71-118). Academia Piauiense de Letras.
- Oliveira, J. P. (1997). Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, 3(6), 61-84. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831997000200004>
- Oliveira, J. P. (2011). Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In J. P. Oliveira (Org.), *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória* (pp. 653-687). Contra Capa.
- Palmié, S., & Stewart, C. (2016). Introduction: for an anthropology of history. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 6(1), 207-236. <https://doi.org/10.14318/hau6.1.014>
- Queiroz, T. (2007). Odilon Nunes: história e erudição. In O. Nunes, *Pesquisa para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província. Em busca de organização: escola e trabalho...* (Coleção Grandes Textos, Vol. 4, pp. 17-49). FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves.
- Rodrigues, R. N. (2010). *Os africanos no Brasil*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Schwarcz, L. K. M. (2005). Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos - CEBRAP*, (72), 119-135. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000200007>
- Souza, P. G. C. (2008). *História e identidade: as narrativas da piauiensidade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí].
- Trouillot, M.-R. (2016). *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Huya.
- Viana, F. J. O. (1923). *Evolução do povo brasileiro*. Monteiro Lobato & Cia.
- Viana, F. J. O. (1938). *Evolução do povo brasileiro* (3 ed.). Companhia Editora Nacional. <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/88>

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não houve publicação em repositório de preprint.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.